

MARTINS, Bruno Sena – Antirracismo e políticas da memória no século XXI: do Império Português às viagens pela descolonização. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 36 (2025) 147-157. ISSN 2182-7419.

ANTIRRACISMO E POLÍTICAS DA MEMÓRIA NO SÉCULO XXI: DO IMPÉRIO PORTUGUÊS ÀS VIAGENS PELA DESCOLONIZAÇÃO

BRUNO SENA MARTINSⁱ

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

RESUMO

Neste texto, analiso como o movimento antirracista em Portugal, ao longo da democracia e, em especial, na última década, consolidou uma agenda política focada no confronto com o passado colonial. Destaco o protagonismo de uma geração de pessoas negras nascida após o 25 de Abril de 1974, cujo percurso se cruza com a reconstrução pós-imperial de Portugal. Considero também o impulso de uma vaga transnacional de protestos que, em pleno século XXI, articula o antirracismo com políticas de memória e reivindicação de reparações históricas.

PALAVRAS-CHAVE: antirracismo, políticas da memória, descolonização, Portugal, Black Lives Matter

ABSTRACT

ANTI-RACISM AND THE POLITICS OF MEMORY IN THE 21ST CENTURY: FROM THE PORTUGUESE EMPIRE TO THE JOURNEYS OF DECOLONISATION

In this text, I analyse how the anti-racist movement in Portugal, throughout democracy and especially in the last decade, has consolidated a political

ⁱ bsenamartins@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3367-9155>.

agenda focused on confronting the colonial past. I highlight the protagonism of a generation of black people born after 25 April 1974, whose journey intersects with Portugal's post-imperial reconstruction. I also consider the impetus given by a transnational wave of protests which, in the 21st century, articulates anti-racism with politics of memory and demands for historical reparations.

KEYWORDS: anti-racism, politics of memory, decolonisation, Portugal, Black Lives Matter

RESUMÉ

L'ANTIRACISME ET LES POLITIQUES DE LA MÉMOIRE AU XXIE SIÈCLE: DE L'EMPIRE PORTUGAIS AUX VOYAGES DE LA DÉCOLONISATION

Dans ce texte, j'analyse comment, tout au long de la démocratie et surtout au cours de la dernière décennie, le mouvement antiraciste au Portugal a consolidé un programme politique axé sur la confrontation avec le passé colonial. Je souligne le rôle prépondérant d'une génération de personnes noires nées après le 25 avril 1974, dont le parcours croise la reconstruction post-impériale du Portugal. Je considère également l'impulsion donnée par une vague transnationale de protestations qui, au XXI^e siècle, articule l'antiracisme avec des politiques de la mémoire et des demandes de réparations historiques.

MOTS-CLÉS: antiracisme, politiques de la mémoire, décolonisation, Portugal, *Black Lives Matter*

INTRODUÇÃO

No dia 10 de dezembro de 2022, Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa, condecorou Amílcar Cabral (1924-1973) com o Grande-Colar da Ordem da Liberdade. Passadas quase cinco décadas do 25 de Abril de 1974, a atribuição do mais alto grau da Ordem da Liberdade ao líder da luta armada pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde não deixa de se revestir de especial significado. O legado político intelectual de Amílcar Cabral consagra-o como uma figura de singular proeminência na evocação da luta contra o colonialismo europeu em África e contra as estruturas do racismo retroalimentadas por este. Como bem sintetiza Achile Mbembe, Cabral entendia a luta anticolonial como uma “revolução” que significava, antes de mais, “uma recusa violenta,

quase visceral, de todas as formas de servidão, em particular as praticadas em nome da raça” (Mbembe, 2021: 43). Por seu lado, a reconstrução pós-imperial da identidade portuguesa está intimamente ligada a uma memória pública dominante avessa a reconhecer a violência colonial e o racismo como estruturas cruciais do passado português, naquilo a que se pode chamar de “organização do esquecimento” (Cardina, 2023).

Nesse sentido, a honra póstuma atribuída a Amílcar Cabral, pelo mesmo Presidente da República que poucos anos antes havia estado envolvido numa controversa apologia do papel pioneiro de Portugal na abolição da escravatura, simboliza um gesto memorial de relevo. Acredito que este gesto, mais do que uma simples inflexão pessoal ou institucional, reflete o contexto do século XXI. Refiro-me a um contexto marcado pela relevância das agendas que, tanto em Portugal quanto no cenário internacional, reivindicam a descolonização da memória imperial, questionando narrativas que perpetuam mitos eurocêntricos sobre o colonialismo, enquanto elemento crucial do combate ao racismo nas sociedades contemporâneas. Neste texto, examino de forma sintética a relação entre o movimento antirracista e as políticas da memória em Portugal no século XXI, considerando o papel de mobilizações transnacionais e as dinâmicas específicas do contexto português. Em particular, examino como o antirracismo tem interpelado criticamente o passado colonial.

1. POLÍTICAS DA MEMÓRIA E COLONIALISMO: VIAGENS ANTIRRACISTAS

Em março de 2015, na África do Sul, ganhou forma o movimento de protesto “Rhodes Must Fall”, inicialmente investido na remoção da estátua de Cecil Rhodes do campus da Universidade da Cidade do Cabo. Após a remoção da estátua em abril do mesmo ano, o movimento manteve o ímpeto reivindicando a descolonização da universidade e o enfrentamento do racismo institucional na África do Sul (Ndlovu-Gatsheni, 2018). O “Rhodes Must Fall” constitui um exemplo de movimentos de protesto em que o debate pós-colonial pela memória é fortemente determinado pelos quadros de cada Estado-nação ao mesmo tempo que permeado por dinâmicas transnacionais.¹

¹ Pouco tempo depois da eclosão do “Rhodes Must Fall” na África do Sul, na universidade de Oxford, em Inglaterra, foi criado um movimento visando a retirada da estátua de Rhodes situada na fachada do Oriel College.

Mais recentemente, em 2020, no rescaldo do assassinato de George Floyd em Minneapolis, nos EUA, desencadeou-se uma significativa vaga de protestos antirracistas pelo mundo. Os protestos estenderam-se a mais de 2000 localidades e envolveram 15 a 26 milhões de pessoas apenas em território norte-americano, fazendo do *Black Lives Matter* (BLM) o maior movimento de protesto na história dos EUA (Audra *et al.*, 2020). O BLM ganhou força em 2013, após o assassinato de Trayvon Martin, um jovem afro-americano de 17 anos. Desde então, o BLM construiu uma rede nacional de protestos visando primordialmente a brutalidade policial e as desigualdades sistémicas que afetam a população negra. Internacionalmente, as manifestações chegaram a cerca de 60 países, articulando experiências de luta contra o racismo por todos os continentes. Ao forjarem inéditas mobilizações, alianças de vária ordem e relações entre diferentes coletivos pelo mundo, estes protestos deram testemunho do carácter multidirecional da memória, cujo reconhecimento

nos encoraja a pensar na esfera pública como um espaço discursivo maleável, no qual os grupos não se limitam a articular posições estabelecidas, mas se tornam realidade através das suas interações dialógicas com os outros; tanto os sujeitos como os espaços do público estão abertos a uma reconstrução contínua (Rothberg, 2009, p. 5, tradução do autor).

Os protestos que se seguiram ao assassinato de George Floyd estimularam e deram uma visibilidade sem precedentes às lutas contra o racismo sistémico, bem como a apelos por renovadas políticas da memória. A retirada das estátuas de Robert E. Lee, Edward Colston, Cristóvão Colombo ou Leopoldo II representou alguns dos mais marcantes gestos na oposição à memorialização acrítica do colonialismo e da escravatura no espaço público. Na verdade, esta vaga de protestos articulou-se com todo um conjunto de iniciativas por justiça e reparação histórica em curso nas últimas décadas: edificação de memoriais da escravatura; construção de museus e produção de exposições museológicas que denunciam o colonialismo como violência; pedidos de desculpas por parte de líderes políticos e religiosos; reconhecimento legal da experiência colonial pelas

nações europeias; reparações económicas pelas instituições que beneficiaram dos proventos da escravatura; inclusão nos currículos de autorias e narrativas não eurocêntricas; retirada de estátuas, de toponímias ou de símbolos que homenageiam personalidades envolvidas na escravatura e na empresa colonial.

A ideia de que vivemos numa era da memória tem sido proposta por várias leituras analíticas para explicar a crescente centralidade da memória nas últimas décadas, tanto como matriz das identidades como fundamento das reivindicações de grupos historicamente oprimidos (ver, por exemplo, Lim, 2021). Se considerarmos a luta dos grupos racializados na arena global, importa reconhecer que, desde a segunda metade do século XX, as políticas da memória têm sido dominadas pelos repertórios memoriais associados ao Holocausto (Lim e Rosenhaft, 2021)². Como salientou David Theo Goldberg, “o antirracismo exige uma memória histórica, que recorde as condições de degradação racial e conecte as circunstâncias atuais com as passadas, bem como as locais com as globais” (2009, p. 21, tradução do autor). É à luz desse imperativo, bem sintetizado por Goldberg, que podemos interpretar a crescente articulação entre antirracismos, legados coloniais e lutas sociais das populações racialmente subalternizadas. Numa produtiva diferenciação, Goldberg distingue o antirracismo do antirracismo. De forma sucinta, no entender do autor, enquanto o antirracismo confronta o que reconhece ser o poder constitutivo da ideia de raça na produção de realidade social, ainda vigente na perpetuação de categorias e hierarquias, o antirracismo defende a inexistência de raças a ponto de descartar a atualidade dos impactos desta construção social. Nesse sentido,

[s]e o compromisso antirracista exige recordar e relembrar, o antirracismo sugere esquecer, ultrapassar, seguir em frente, apagar os termos de referência, na melhor das hipóteses (ou na pior) uma memorialização comercial em vez de uma recapitulação e reparação dos termos de humilhação e desvalorização (Goldberg, 2009, p. 21, tradução do autor).

2 Referindo-se especificamente ao contexto europeu, David Theo Goldberg afirma enfaticamente: “Para a Europa, o Holocausto é o acontecimento definidor, a marca por excelência, da raça e das histórias racialmente inscritas” (2006, p. 336, tradução do autor).

É reconhecendo a acuidade desta distinção que creio ser importante reconhecer e entender o papel desempenhado pelos movimentos antirracistas na denúncia das continuidades entre o tempo colonial, as desigualdades planetárias aí instauradas e as formas de discriminação racial que marcam o presente de diferentes sociedades. Em termos gerais, falamos de movimentos que reivindicam políticas de reparação histórica e contestam narrativas de cunho eurocêntrico em que o papel fundador do colonialismo é denegado – quando não explicitamente celebrado.

2. ANTIRRACISMO E POLÍTICAS DA MEMÓRIA EM PORTUGAL

O trabalho de contramemória urdido no âmbito das lutas antirracistas protagonizadas por populações africanas afrodescendentes na diáspora articula-se com a afirmação, política e identitária, de subjetividades negras em quadros nacionais de hegemonia branca. Falamos de populações que, dependendo dos contextos, são em grande medida descendentes das pessoas escravizadas ou resultado de vagas migratórias que se seguiram aos processos de descolonização. Essa afirmação identitária implica, por um lado, o reconhecimento da racialização subalterna inscrita no corpo negro pelo imperialismo europeu, um percurso que em alguns casos toma a forma de uma dolorosa “descoberta” pessoal, como aquela que Frantz Fanon haveria de fazer, ao perceber, na deslocação da sua Martinica natal para a França-metrópole, a esquematização que o aprisionava na sua negrura (Fanon, 1952). Por outro lado, esse trabalho de contramemória é tributário e constitutivo de identidades em que o corpo negro, a ancestralidade africana e o património anticolonial são mobilizados na luta contra as estruturas do racismo.

Portugal aderiu à Década Internacional para Pessoas de Descendência Africana (2015-2024) proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 2013. Coincidindo com esse marco internacional, denunciando a desigualdade sistémica e a discriminação racial vigentes em Portugal (Abrantes e Roldão, 2019; Vala, 2021) as agendas antirracistas ganharam uma visibilidade reiterada sem precedentes na arena pública portuguesa (ver Martins, 2025). Uma série significativa de eventos, controvérsias

e protestos cujo elenco não cabe neste texto, catapultaram a questão do racismo para uma posição de visibilidade recorrente no discurso público português desde 2015, sendo de relevar o inédito protagonismo público assumido nessas discussões pelas pessoas negras. Essas mobilizações resultam da articulação entre repertórios nacionais de protesto e permeabilidades transnacionais afro-diaspóricas, nas quais o racismo, uma “racialização de cima para baixo”, é desafiado por agendas antirracistas que expõem a estruturação racial da sociedade num processo de “racialização de baixo para cima” (Mullings, 2005). Analisando em traços largos o quadro do protesto desde 2015, creio ser importante salientar dois elementos.

Em primeiro lugar, salienta-se o facto de esta mobilização revelar protagonistas e formas de ação que nos permitem falar de uma “disposição geracional” das pessoas negras para um antirracismo mais “confrontacional”, porque mais investido em reverter relações sistémicas. Falamos de uma geração (a “geração dos “descendentes”) que em grande medida descende diretamente daqueles e daquelas que migraram para Portugal no ocaso do império e nas primeiras décadas da democracia³ (a “geração dos ancestrais”). Em traços gerais, a geração dos ancestrais corresponde a um grupo social que cumulou várias formas de exclusão em Portugal: pessoas migrantes, de baixa condição socioeconómica, negras, suburbanas (Martins, 2025). Na sua luta por uma vida melhor na sociedade portuguesa, perante o racismo, a xenofobia e a precariedade económica, a geração dos ancestrais recorreu sobretudo àquilo que, seguindo de perto a formulação de Kristine Aquino, poderíamos chamar de “antirracismo quotidiano”, ou seja, “ações que enfrentam o racismo vivido em microesferas em contextos interpessoais e/ou individuais, muitas vezes separadas de ações institucionais formais” (2015, p. 106). Muitos elementos da geração de descendentes que tem estado ativa e visível na luta antirracista desde 2015 são proeminentes na academia portuguesa, no ativismo e nas artes. Ao contrário da maioria dos seus pais (nalguns casos, avós), tiveram acesso à educação (em muitos casos, a diplomas universitários), o que lhes confere reconhecimento social e capital cultural para a articulação do protesto político.

3 Sobre a imigração africana em Portugal a partir dos anos 1960, ver Machado, 2009.

Em segundo lugar, destaco que, desde 2015, a mobilização antirracista tem colocado maior ênfase nas políticas da memória que questionam a narrativa nacional dominante sobre o passado de Portugal. Embora questões como a brutalidade policial⁴ assumam inegável relevo neste ciclo de protestos, destaco a relativa novidade de uma agenda antirracista, protagonizada por pessoas negras em Portugal, que de forma continuada e consistente se opõe à memorialização acrítica e/ou celebratória da experiência colonial. Nesse sentido, dos muitos momentos que colocaram em agenda a necessidade de uma revisitação antirracista e anticolonial das representações do passado pelas pessoas negras, enumero duas iniciativas que considero particularmente reveladoras.

A primeira iniciativa foi a proposta da Djass - Associação de Afrodescendentes - para a criação de um Memorial às Pessoas Escravizadas. Esta proposta, cuja execução ainda está por cumprir, foi eleita como uma das propostas aprovadas pelo orçamento participativo municipal 2017/2018. Nas palavras da Djass, o

objetivo principal do Memorial é prestar tributo à memória dos milhões de africanas e africanos escravizados por Portugal ao longo da sua História, nomeadamente entre os séculos XV e XIX. Uma homenagem às vítimas e resistentes de ontem e de hoje, que pretende promover o reconhecimento histórico do papel de Portugal na Escravatura e no tráfico de pessoas escravizadas e evocar os legados desse longo período na sociedade portuguesa atual, desde a rica herança cultural africana às formas contemporâneas de opressão e discriminação.⁵

A segunda iniciativa que destaco é a carta aberta “Não a um museu contra nós”⁶, assinada por cem pessoas negras. Publicada em 22 de junho de 2018 no jornal *Público*, esta carta opõe-se à criação de um Museu dos Descobrimentos que havia sido proposta, em agosto de

4 Ver Raposo *et al.*, 2019; Maeso, 2021; Varela, 2023.

5 Disponível em <https://www.memorialescravatura.com/sobre-o-memorial> [Consult. 12 set. 2024].

6 Disponível em <https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipsilon/opiniao/nao-a-um-museu-contra-nos-1835227> [Consult. 12 set. 2024].

2017, pelo então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, no programa eleitoral com que apresentou a sua recandidatura às eleições autárquicas. Nessa carta, posicionando-se contra o silenciamento da voz das pessoas negras na sociedade portuguesa, os signatários estabelecem uma relação entre “racismo histórico e estrutural” e a continuada “glorificação da ideologia colonial”, de que a proposta do Museu seria mais uma expressão. Das iniciativas relevantes destaco estas duas, que inscrevo no ciclo de protestos antirracistas iniciado em Portugal em 2015 e que ilustram bem o contencioso papel da descolonização da memória confrontando as leituras benignas do colonialismo. Trata-se de um processo de democratização pós-imperial ainda em curso e merecedor de crescente atenção sociológica.

CONCLUSÃO

Examinar as dinâmicas do antirracismo em Portugal no século XXI implica também compreender o percurso de um império colonial ultramarino que se tornou um Estado-nação democrático em 1974, em grande parte devido à luta armada dos movimentos de libertação africanos. Creio que os espaços pós-imperiais, permeáveis como são a permanências coloniais e hierarquias raciais, devem ser democraticamente enriquecidos pelo compromisso de inscrever, como prerrogativa de uma democracia pós-imperial em construção, a posição de Amílcar Cabral, proclamada precisamente no seio da luta anticolonial: “[s]omos fundamental e profundamente contra qualquer forma de racismo (Cabral, 2018, p. 322).” Num momento em que os populismos nacionalistas e as ideologias supremacistas ganham relevo, alimentando a discriminação racial e a xenofobia, os antirracismos e os combates pela descolonização do passado, ancorados tanto em memórias familiares situadas⁷ como numa constelação de repertórios transnacionais, afirmam-se como frentes de resistência cada vez mais relevantes na luta pela democracia.

⁷ Ver Ribeiro, 2021 e Khan, 2024.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Pedro; ROLDÃO, Cristina – The (mis)education of African descendants in Portugal: Towards vocational traps. *Portuguese Journal of Social Science* [Em linha]. 18:1 (2019) 27-55. Disponível em: https://doi.org/10.1386/pjss.18.1.27_1. ISSN 1758-9509.
- AQUINO, Kristine – Anti-racism ‘from below’: exploring repertoires of everyday anti-racism. *Ethnic and Racial Studies* [Em linha]. 39:1 (2016) 105–122. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01419870.2016.1096408>. ISSN 1466-4356.
- BURCH, Audra D. S.; CAI, Weiyl; GIANORDOLI, Gabriel; MCCARTHY, Morrigan; PATEL, Jugal K. – *How Black Lives Matter Reached Every Corner of America* [Em linha]. The New York Times, Nova Iorque, 13 jun. 2020. [Consult. 12 set. 2024]. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/06/13/us/george-floyd-protests-cities-photos.html>
- CABRAL, Amílcar – *A luta criou raízes*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2018.
- CARDINA, Miguel – *O atrito da memória: colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Tinta da China, 2023. ISBN 9789896717506.
- FANON, Frantz – *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, 1952. ISBN 2757841688.
- GOLDBERG, David Theo – Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies* [Em linha]. 29:2 (2006) 331–364. Disponível em <https://doi.org/10.1080/01419870500465611>. ISSN 1466-4356.
- GOLDBERG, David Theo – *The threat of race: reflections on racial neoliberalism*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009. ISBN 9780631219675.
- KHAN, Sheila – Humanizar os legados feridos do passado colonial: o dever de pós-memória em estranha guerra de uso comum. *Via Atlântica* [Em linha]. 25: 1 (2024) 566-94. Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/200000/204222>. ISSN 2317-8086.
- LIM, Jie-Hyun; ROSENHAFT, Eve – Introduction: mnemonic solidarity – global interventions. In LIM, Jie-Hyun; ROSENHAFT, Eve (Eds.) – *Mnemonic Solidarity: Global Interventions*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. ISBN 9783030576684. pp. 1-13.
- LIM, Jie-Hyun – Postcolonial Reflections on the Mnemonic Confluence of the Holocaust, Stalinist Crimes, and Colonialism. In LIM, Jie-Hyun; ROSENHAFT, Eve – *Mnemonic Solidarity: Global Interventions*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021. ISBN 9783030576684. pp. 15-43.
- MACHADO, Fernando Luís – Quarenta anos de imigração africana: um balanço. *Ler História* [Em linha]. 56 (2009) 135-165. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1991>. ISSN 2183-7791.
- MAESO, Silvia Rodriguez (Org.) – *O estado do racismo em Portugal: racismo antinegro e antiganismo no direito e nas políticas públicas*. Lisboa: Tinta da China, 2021. ISBN 9789896716424.
- MARTINS, Bruno Sena – People of African Descent and Anti-racist Mobilization in Post-Imperial Portugal. In MATOS, Patrícia Ferraz de; SANSONE Livio (Orgs.) – *Decolonizing Europe: ethnographies of national and transnational projects*. Oxford; New York: Berghahn Books, 2025 – no Prelo, p. 98-131.

MBEMBE, Achille – *Out of the dark night: essays on decolonization*. New York: Columbia University Press, 2021. ISBN 9780231160285.

MULLINGS, Leith – Interrogating racism: toward an antiracist anthropology. *Annual Review of Anthropology* [Em linha]. 34: 1 (2005) 667-693. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.32.061002.093435>. ISSN 1545-4290.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo – Rhodes must fall. In NDLOVU-GATSHENI, Sabelo (Org.) – *Epistemic Freedom in Africa: Deprovincialization and Decolonization*. London e New York: Routledge, 2018. ISBN 9781138588592. pp. 221-242.

RAPOSO, Otávio; ALVES, Ana Rita; VARELA, Pedro; ROLDÃO, Cristina – Negro drama. Racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa - *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. 119 (2019) 5-28. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.8937>. ISSN 2182-7435.

RIBEIRO, Margarida Calafate – Memórias, pós-memórias e objetos. In RIBEIRO, António Sousa (Org.) – *A cena da pós-memória. O presente do passado na Europa pós-colonial*. Porto: Afrontamento, 2021. ISBN 9789723618877. pp. 203-230.

ROTHBERG, Michael – *Multidirectional memory: remembering the Holocaust in the age of decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009. ISBN 9780804762175.

VALA, Jorge – *Racismo, hoje: Portugal em contexto europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021. ISBN 9789899004986.

VARELA, Pedro – *Anti-racism in Portugal from past to present: movements and words*. Tese de Programa de Doutoramento em Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/114364>.

